

Cartografia destrutiva: pedagogias críticas em território(s) e coletividades

Destructive Cartography: Critical Pedagogies in Territory(ies) and Collectivities

CRISTINA T. RIBAS

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria – R.S., Brasil

RESUMO

A cartografia destrutiva é um tipo de metodologia gerativa, analítica, recompositiva. Errante, experimental, inventiva. Ela surge de uma imagem paradoxal: como destruímos aquilo que nos destrói? A destruição das cristalizações do poder e violência e dos efeitos da opressão neoliberal é uma das raízes destas cartografias que corroem, que desmancham. Conjugando processos entre a arte e cartografias críticas, neste aparato se criam encontros de efeito transformativo entre pesquisa militante, produção de conhecimento, criatividade e subjetividade. Emergem a pedagogia radical (auto-formação) e as redes que construímos para nos movermos em meio a este deserto de destruição.

PALAVRAS-CHAVE

Cartografia, destruição, fascismo, processualidade, política cognitiva

ABSTRACT

Destructive cartography is a type of generative, analytical, recompositional methodology. Wandering, experimental, inventive. It arises from a paradoxical image: how do we destroy that which destroys us? The destruction of the crystallizations of power and violence and the effects of neoliberal oppression are one of the roots of these cartographies that corrode, that dismantle. Combining processes between art and critical cartographies, this apparatus creates encounters with a transformative effect between militant research, knowledge production, creativity and subjectivity. Radical pedagogy emerges and the networks we build to move through this desert of destruction.

KEYWORDS

Cartography, destruction, fascism, process, cognitive politics

2013-2024

Dois mil e treze anunciou mais um desacabamento de mundos, entre tantos outros que viemos vivendo. Recordar aquele número, um ano que durou muito mais do que um ano, mais do que trezentos e sessenta e cinco dias, nos permite encontrar '2013' muito mais como um signo – semiótico - que irradia diferentes problemas e diferentes propostas, do que um tempo cronológico contido. Semiótica maquínica (Guattari, 2013), que dispara memórias, emoções, possíveis, urgências, problemas nunca resolvidos de uma democracia (o que quer dizer a dificuldade da realização da democracia), de uma economia neoliberal que avassala por todos os lados. E, mais do que isso, e não com resposta linear ou unívoca, a instalação cosmopolítica (Stengers, 2016) de outras formas de perceber e intervir no presente contínuo que habitamos, territorialidades distintas, cidades no fim-do-mundo, monoculturas e extrativismos, favelas agroflorestandas, aldeias urbanas. Presente no qual elencamos nossas ferramentas comuns, tais como as cartografias que transformamos em metodologias, ferramentas que permitem modos de composição de existências. Movimento

contínuo: a recusa do fascismo, da política do ódio, da objetificação do outro, da monocultura dos afetos. Ferramenta que inventamos: cartografia crítica (Mesquita 2019, et al; Kollektiv Orangotango, 2018), e aqui destrutiva, como capacidade de operar pelos inacabamentos, criando pedagogias críticas, agarrando-se aos percalços, de forma a levar adiante, assumir que vivemos uma *vida em comum*.

Este texto vem sendo escrito há, pelo menos, oito anos e finalizá-lo para esta publicação – o que acontece em dois mil e vinte e quatro, onze anos completos do início do estopim de 2013, e dez anos completos daquele ano que durou muito mais do que um ano – é trabalho árduo de andar consigo e em coletividades muitas, com uma série de pedagogias críticas, experimentações e instabilidades em diferentes modos de fazer – arte, política, artefatos militantes, mediações entre mundos. Digo experimentações e instabilidades pela dúvida que se pode (e se deve) instalar junto da ideia de ‘metodologias’¹, em busca de abdicar daquelas metodologias assertivas, de sucesso, ou de modos assegurados de fazer funcionar a arte e as relações sociais e cosmopolíticas. Por isso, rastejamos aqui por uma cartografia destrutiva das certezas dos espaços institucionais e das formas generificantes de operar no campo da cultura, daquilo que se expôs em 2013 – tensões e contradições já postas desde o pré-golpe (Nunes, 2022), reduções semióticas de mundos (a direita é um mundo que repete os mesmos signos; mas a esquerda pode fazer o mesmo, glup!), demandas urgentes de fortalecimento de bases populares e reorganização transversal de novos modos de produção e de luta (Parra et al., 2014), instituição constante de espacialidades transversais, não orgânicas nem segmentarizadas – ou seja, configuração de novas formas de luta, e de produção de sentido (Vasconcellos; Guerón, 2023).

Em 2014 organizei um projeto de longa duração que resultou em um livro, o “Vocabulário político para processos estéticos” (Ribas et al., 2014), para o qual escrevi diversos artigos sobre o acontecimento deste projeto e sobre as ‘bases’ que me motivaram a realizá-lo (Ribas, 2015).² O livro se tornou mais um dos documentos propositivos e

1. Ao usar o conceito de metodologia levamos em consideração aqui a reversão do conceito de metodologia que está em toda a produção da proposição da cartografia como método de pesquisa. A reversão transforma a palavra em “hódos-metá”, assumindo que não se sabe bem onde se chegará numa pesquisa, nem exatamente que ferramentas serão necessárias nesse percurso. (Escossia; Kastrup; Passos, 2009),(Ribas, 2017)

2. Inspirado no processo realizado por Manuela Zechner, Anja Kassingger, e Paz Rojo em Londres alguns anos antes, que produziu o Vocabulaboratories (2008), reunindo as práticas de laboratório ao conceito de vocabulário. Disponível em {<https://tinyurl.com/mrsau4fn>}. Acesso em 10/05/2024.

reflexivos de 2013-2014, reunindo um grande número de autores, individuais ou coletivos³. O Vocabulário, publicado como manual de consulta de ferramentas para processos coletivos, coletou nas ruas e nas redes uma imensa quantidade de informação, *memes*, modos de dizer, enunciados, propondo o “vocabular” como modo de reinventar expressividades e semióticas estético-políticas afirmando a produção de sentido extrapolando gramáticas conservadoras de determinados formatos de resistência ou de proposição artística e cultural a partir dos diversos campos da esquerda. Exemplos que fazem variar modos expressivos de resistência são o “Carnavadalirismo” de Isabel Ferreira e a “Hidrosolidariedade” de Giseli Vasconcelos desenvolvidos no projeto e no livro (Ribas et al., 2014).

Há mais de uma década viemos trabalhando coletivamente – em nossas redes - numa compreensão de que as pedagogias críticas nas práticas artísticas inauguram modos de produção artística colocando em questão estagnações ou sistemáticas (pseudo) resolvidas tais como a relação entre formação artística e mercados de trabalho, artistas e seus públicos, instituições de arte e acontecimento artístico, entre outros problemas, o que demarca a pesquisa de diversos pesquisadores e realizadores das artes, tais como Mônica Hoff, Beatriz Lemos, André Mesquita, Newton Goto e mais. Ou seja, como constituímos redes de aprendizagem e de formação “entre nós”, num movimento constante de mutação deste “nós”, reflexão que desenvolvo em um texto próprio também em relação às redes, coletividades e projetos de conhecimento, cultura e *software* livre. Em relação a isto, em 2014, integrando a Universidade Nômada⁴, desenvolvi um texto sobre a “colaboração” a partir da ideia de recomposição e recombinação (Rosas; Salgado, 2002): Contemporâneo... recombinante. Em busca de uma recomposição imanente das práticas artísticas (Ribas, 2014). No texto eu buscava desenvolver uma produção crítica a partir de colaborações situadas em práticas distintas àquelas compreendidas organicamente como da “arte contemporânea”, e propunha a ideia de recombinação, seguindo Ricardo Rosas que, por sua vez, seguia Franco Bifo Berardi para pensar a partir de uma individuação da função recombinante, a relação entre “função cognitiva” e sua participação no conjunto da produção social. Naquele momento desenhei diagramas que relacionavam a produção da

³. Impresso em 2.000 unidades e distribuído gratuitamente e de maneira digital, o livro alcançou diversos espaços e teve lançamentos em diferentes cidades do Brasil.

⁴. Editado por Giuseppe Cocco, Bruno Cava e com capa de minha autoria, o livro “Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou” (2014) reuniu uma série de textos ainda no calor na profusão de eventos de 2013-2014.

“auto-formação” em artes, redes de software livre e cultura crítica à propriedade com a pedagogia freiriana, e mais.⁵

A recombinação para pensar a produção comum depende também de uma concepção singular de tempo. Aquela concepção de tempo do acontecimento enunciada no texto de 2014 serve para pensar essa retomada de 2013 em 2024:

É preciso discutir as concepções do tempo, de modo a dar espaço para as *recomposições imanentes*, verificando que o potencial ontológico de uma produção se faz, também, na quebra da linearidade do modo de produção e da valorização, e na participação em uma trama híbrida de temporalidades. (Ribas, 2014, p.222)

E agora, de volta às cartografias, em 2014, escrevi “Complexidade, Cartografia de”, a partir do que conversamos entre muitos e em especial eu e André Mesquita. O texto integrou o livro do vocabulário e foi revisado para a publicação posterior na Revista Indisciplinar (Ribas, 2017). Foi ali que surgiu o conceito de “cartografia destrutiva” como urgência de evidenciar os processos destrutivos que nossas metodologias e procedimentos artísticos podem causar naquilo que podemos compreender (de uma maneira não totalitária) como fascismo e diversos efeitos nefastos de um modo de produção neoliberal.⁶ Cartografias parciais, como já dissemos em outros processos, como modo de refutar o ensejo de totalidade de um processo cartográfico (esquadrinhar ou dominar um território).



Figura 1. Cristina T. Ribas, 2023, Fotografia digital, Mapa de Londres no Rio Thames. Fonte: arquivo da artista.

⁵. Para acessar o diagrama acesse <<https://desarquivo.org/node/1567/>> Consulta em 13/03/2024.

⁶. “A ação multifacetada da multidão reorganiza a composição social com as manifestações, assembleias, reuniões, manifestos, artigos, análises, abaixo-assinados – todas essas intervenções que se intensificaram desde junho de 2013 no Brasil, assumindo uma posição de resistência diante de poderes fascistas e moralistas que vêm tomando conta dos governos no país em diversas escalas.” (Ribas, 2014, p. 218)

Ao retornar ao Brasil no início de 2017 (de meu doutorado no exterior) a ideia de uma “cartografia destrutiva” seguiu como ferramenta analítica me puxando a criar e escrever. Na sua forma textual se tornou uma espécie de diário das urgências, daquilo que eu percebia, narrava para mim mesma, e relatava sobre a realidade brasileira para uma amiga chilena que estava em vias de se mudar ao Brasil. Aquele texto era também uma espécie de *diário de absurdos*. Hoje o texto se desdobra em dois, uma prosa-memória, ainda no prelo, intitulada “Meta-estabilidade, ou uma cartografia que eventualmente descansa”, e este que aqui se apresenta.

Com a realização de oficinas o conceito de cartografia destrutiva, torna-se pesquisa, prática, nos leva a derivar de forma a conhecer sua proposta e as metodologias, assim como realizações por ela animadas, em cartografias visuais, críticas, sociais e subjetivas, a partir de tanto que emerge do calor de 2013-2014. As lutas territorializadas, os indígenas e suas pluriversidades anti-colonialistas, as lutas anti-racistas dos negros (e os brancos a investigar sua branquitude arraigada), as lutas contra a revitalização dos mega-eventos, as lutas contra a opressão de gênero, a resistência à colonialidade cotidiana, são devires e materialidades que emergem, gritam, pedem espaço e criam seus próprios espaços contra a paralisia que tentavam nos impor com um golpe a cada dia. Olhando retrospectivamente detectamos que não se falava tanto de fascismo em 2013-2014 quanto hoje, e o termo não aparece, por exemplo, no índice irremissível do livro *Vocabulário político*. A necessidade de compreendermos seu modo de funcionamento, por isso mesmo, veio numa crescente, afinal, já tivemos “600 balsas de garimpo no Rio Madeira e as meninas yanomami seguem sendo expostas a todo tipo de violência – endossada pelo estado brasileiro na sua pior versão (2016-2022)”.

A cartografia crítica é também resultado de redes de produção e troca de saberes e ferramentas, dando continuidade a produções situadas naquelas resistências pré-mega eventos, tais como o projeto *Cartografias Insurgentes* (Zona Portuária do Rio de Janeiro, 2011)⁷, a pesquisa de André Mesquita (2019) já mencionada, a amizade com Pablo de Soto (Espanha) e Antena Mutante (Colômbia) e o trabalho rizomático do *kollektiv orangotango* (Alemanha); assim como minhas próprias pesquisas em relação a diagramas e cartografias, e as colaborações com Lucas Icó, Paul Schweizer, Caroline Marim e mais parceiros.

Grande parte destes problemas é analisado pelo amigo e pesquisador André Mesquita no livro *Mapas dissidentes: contracartografia, poder e resistência*, que foi sua tese de doutorado (2019 [2010]). Mesquita analisa a emergência do conceito e prática da

⁷. Para conhecer um pouco o projeto visitar <<https://cartografiasinsurgentes.wordpress.com/cronica-visual/>>. O projeto recebeu financiamento do Prêmio Mídias Livres do Ministério da Cultura.

cartografia crítica, e a obra de artistas e coletivos que vem usando diagramas e mapas para analisar forças e poderes, a circulação do capital e mais. Bureau D'Études, por exemplo, literalmente recompõe semioticamente gerações e famílias migrantes nos Estados Unidos em relação ao poder militarizado hoje – estatal ou privado. “Dar a ver” faz parte de uma política cognitiva, e ocorre junto do desenvolvimento desta metodologia e saber que se coloca a analisar a sofisticação de modos de controle e subsunção de nossas vidas, e procura sintonizar explicitamente o signo real daquilo que o poder tenta esvaziar de sentido para atribuir o que lhe convém. Afinal os vacúolos de poder estatal, policial e econômico fazem confundir os modos de violência. E isto foi um elemento que marcou 2013 – o modo como o governo categorizou os movimentos de resistência, taxando de criminosos e aplicando o uso de armas químicas ainda não conhecidas, cujos efeitos também se desconhecia. A perseguição de ativistas e a eleição de um homem negro e vulnerável - Rafael Braga – como exemplar do encarceramento do povo rebelde. Mas isso tudo era diferente da violência organizada, os cartéis de Bolsonaro.

A cartografia destrutiva constrói uma imagem paradoxal, visto que busca destruir os mundos hegemônicos (da monocultura, da repetição), e se opõe, portanto, às cartografias *de* destruição. Desenha uma cartografia anti-fascista. Walter Benjamin (1892-1940) se ocupou desta imagem paradoxal, especialmente em um texto que me marcou na juventude de minha produção artística: O caráter destrutivo de 1931. Benjamin expôs o caráter destrutivo como uma espécie de força inconsequente, mas não ingênua: O caráter destrutivo só conhece um lema: criar espaço; apenas uma atividade: esvaziar e vê por toda a parte um caminho, tem de estar sempre a remover coisas do caminho. Nem sempre com brutalidade, às vezes fá-lo com requinte. (Klein, 2023).



Figura 2. - Cristina T. Ribas, 2011. Cartaz “Conhecimento/destruição”. Produzido entre a residência artística no British Council, 2009 (Londres) e o projeto Perdidos no Espaço/Diálogos Abertos, 2011, IA/UFRGS (Porto Alegre).

A cartografia destrutiva aqui se vale das imagens dialéticas criadas por Benjamin, mas procura afirmar aquilo que ele lá não arriscou (porque era preciso exacerbar o vazio da destruição). *Há criação na destruição?* Que modulações da destruição são capazes de derruir aquele vazio, e sustentar vínculos, existências múltiplas, defender mundos mais justos, e em relação ética com seus territórios? A ideia de uma cartografia destrutiva é também um ponto de afirmação retórico a ser sustentado – como enunciado que não se pode abandonar. Isabelle Stengers escreve na obra *No tempo das catástrofes* que “o capitalismo está sempre propagando uma operação de destruição” (Stengers, 2015, p. 92), ela dialoga, sem dúvida, com as imagens que Benjamin testemunhava antes e durante as guerras e diante do fascismo. Sem ser programática, antes de seguir, é preciso dizer: as cartografias destrutivas são uma forma de dar conta de realizar pedagogias críticas em sua capacidade de atualizar os problemas com os quais precisamos lidar, trabalho crescente de discernir as forças destrutivas que esvaziam de outras forças, de finalidades divergentes.

O que chamo de cartografia

Suely Rolnik, nossa cartógrafa dos processos mais sensíveis e mais invisíveis, fala da possibilidade da cartografia de acompanhar o “desmanchamento de mundos” (Rolnik, 2011, p.23). Ela percebe que isso quando acontece uma perda de sentido de certos modos - e mundos, que já não fazem mais sentido. Visto que “quando mundos se esfacelam, outros mundos se formam” (idem). A cartografia destrutiva observa e interatua com esses mundos em esfacelamento. Ela provoca desmanchamentos. O esfacelamento é obsolescência, como ela descreve, é para onde nós miramos nossa safa estratégia cartográfica, ou talvez microcartográfica.

Há alguns anos eu tenho tomado a cartografia como uma ferramenta maleável, plástica, inventiva, tomando de partida a história da cartografia esquizoanalítica no Brasil e, junto a isso, minha paixão pela espacialidade ampla do território existencial (ou do que se tornou um deles) o pampa gaúcho. Ver ao longe, entender uma pista do destino para onde um/a se desloca, são modos que tenho gravado em meu corpo. Produzir a territorialidade no andar, a partir de tantos desvios e mudanças de direção, como quem vai tornando mais delicada a relação com um lugar, com uma situacionalidade. A cartografia como ferramenta não necessariamente visual, mas subjetiva, a partir das genealogias de Rolnik agrega muitos pontos a esta perspectiva territorial. No texto basal deste, citado na introdução, eu escrevi

A cartografia de complexidade quando aplicada na criação de planos diversos e na criação de novas semióticas que desviam das significações dominantes é também uma destruição. A cartografia é uma ferramenta de composição de lutas de resistência, mas também destrói mundos e sistemas vigentes. Ela opera por meio de processos e modos de semiotização que além de seleção, edição, desenho, também realiza cortes, apagamentos, destruições. (Ribas, 2017, p. 75)

A experiência destes últimos anos com a cartografia visual, subjetiva, crítica veio apresentando uma concepção não totalizante nem “aditiva” de formas de resistência. As cartografias destrutivas são, então, sempre parciais, desbordantes, periféricas, laminares. Dependem de um investimento de tónus. Conversando com Rolnik se pode dizer que tais cartografias tem um trabalho molecular e micropolítico, e se produzem pela análise dos fluxos codificados e de(s)codificados que organizam e aquecem vários modos de vida. Cartografias da subjetividade, do desejo e das mutações-em-si. Cartografias militantes. Cartografias desviantes, dançantes, oleaginosas, improdutivas, aromáticas, sonoras e mais. Como dançar com os pés no chão, e não saber se o corpo que sua é o meu ou de todos. Cartografias destrutivas do prazer (ou com prazer). Para entender seu funcionamento são necessárias ferramentas de percepção sensível que aqui tento

descrever, narrar, perseguir. Um *ethos*, um corpo que não para de andar - um *guatá*, como para os guarani *mbyá*.

A destruição cartográfica das cartografias destrutivas ou tal esfacelamento não é total, não é em bloco, não é de uma vez. Ela é processual, é da ordem de um desmanchamento inoculado a todo segundo, quase como assoprar aos poucos um castelo de areia. Matéria formada que cai aos poucos, e quando cai desenha outras formas. Ou fronteira que se move aos poucos, em cada passo, mas ao mesmo tempo, e em vários lugares simultaneamente. Seguindo com Rolnik (2011), quando universos vigentes se tornam obsoletos, ela diz, a composição de novas cartografias se faz necessária. Cartografia criativa e analítica. O que nos diz também que a produção de sentido de novos mundos não deixa de acontecer sem a seleção contínua, sem o escrutínio, e sem, portanto, a análise que faz parte dos processos de composição de novos gestos, subjetividades e modos de existência.

Cartografia-ferramenta de percepção e “ajuste” entre aquilo que entendemos como micro, e macro. Naquele texto-diário de minha volta ao Brasil em 2017 escrevi:

O controle de um comboio de homens engravatados, e que literalmente engordam às custas da comida que desfrutam como parte de seus fartos privilégios, gera a imagem majoritária, mas ainda assim incompleta desse mundo para onde retorno. Novas gerações se aliam. O poder da destruição neofascista é tal que é como se não houvesse cartografias possíveis. Afogamento e falta de possível. Possível que não se reinventa. Diante do afogamento de novos possíveis, Peter Pál Pelbart fala da exaustão de possíveis (Ribas, no prelo).

Cartografia da asfixia, poderia ser, e que pedia fôlego. O que chamo de cartografia toma diversas formas. A cartografia desenha ou digressiona um modo, e entre tantas materialidades que pode assumir e incitar, a escrita também emerge. Cartografia das percepções das imagens paradoxais que conformam nossas vidas. O susto que vamos levando, dia a dia cerceia uma realidade na qual estávamos asfixiados – e lembremo-nos, antes ainda da pandemia.



Figura 3. - Cristina T. Ribas, Lucas Icó e Lucas Munduruku. Foto de Lucas Icó, 2020. Oficina *Cartografia, rede, localização... situação*, no Parque Lage, Rio de Janeiro, RJ.

Na medida (excesso) que este texto toma forma vou e volto em fragmentos espaço-tempo e intensidades. Como se desenhasse (também) uma cartografia do absurdo daquele trânsito 2013-2018. Cartografia da destruição das memórias frescas que não podemos carregar, cujas narrativas precisamos reaver. Cujas versões roubam de nós todos os dias. A (re)instituição do pessimismo, da neurose, da alienação e, na pandemia, da taquicardia, do pânico da sociabilidade automatizada pelo algoritmo. Na experiência de tudo isso, de alguma forma é preciso incidir nas diversas capturas que cerceiam as formas de criar e lutar, não como valores morais ideais, mas como ferramentas terrenas e comuns. A cartografia destrutiva e seu modo de atenção a nossos fluxos do desejo em meio aos impossíveis faz parte deste repertório. Com a programação do fascismo e do niilismo que seguiram 2018 (e o assassinato de Marielle) precisamos intervir nos regimes de verdade que se interpunham. E desde então, inventar gestos que sejam possibilidades de mudar de direção (Félix Guattari), aqui, nesse mesmo lugar, não no lugar sempre esvaziado dos fluxos monetários do capitalismo cognitivo, que desterritorializa a todo o tempo – aquela percepção da destruição por Benjamin. Neste momento me encontro com este “diário de Peter” (Peter Pál Pelbart), que acompanha este texto:

Antes de tudo, pretendem fazer soar vozes que não circulam porque o espaço de circulação foi, precisamente, a primeira vítima nessa virada anticultural, nessa guerra de contra-insurgência. Como recompor o espaço de circulação num meio a tal ponto envenenado, em que se espalha gás tóxico a cada frase, gesto, resolução, operação vinda do Estado, da mídia, das corporações? (Pelbart, 2017, n.p.)

Cartografia destrutiva, concisa

Cartografias destrutivas são gestos, formas de vida, sementes cultivadas, alianças. Mas também podem ser as formas de mapear, desenhar, marcar e (per)seguir os fluxos micropolíticos de movimentos em meio a processos de resistência, na dura e dolorosa tentativa de sobreviver sob uma miríade de opressões partilhadas. A cartografia destrutiva é filigrana cognitiva e de recomposição da nossa relação uns com os outros, da relação com os territórios que habitamos e com as coletividades às quais nossas vidas estão conectadas. Tais cartografias surgem de saberes partilhados, incorporados, derivativos, *copy left*, transformativos, ao mesmo tempo inventados (como cartografia crítica) e reinventado (nas articulações com arte, entre grupos, com a antropologia, psicologia social, os indígenas e os movimentos sociais, o que seja).

Ao desenhar coletivamente as ideias e as práticas ao redor da cartografia destrutiva pensando-a não apenas como ferramenta composicional (que acrescentaria percepções e formas de vida ao que já nos constitui, aos saberes, ao que está disponível), mas que também tem efeitos recompositivos (recombinação?) que acarretam a destruição de modos majoritários, violentos, opressores. Como forma de pedagogia crítica, a cartografia destrutiva pode ser impulsionada pelo desejo de fazer derruir modos de opressão, controle, submissão, fascismo, misoginia. Mas nem a resistência é total, nem a cartografia é linear. Ela é errante, ela é experimental, ela é inventiva. Mover-se e produzir por meio das cartografias destrutivas também precisa destruir as neuroses, os nihilismos, os impedimentos e os bloqueios subjetivos, com vistas de *liberar a criação*, como forma de invenção que é capaz de sustentar a vida, de reproduzi-la; mas também no seu potencial de aliança, de produção de rede, de pactos, de saberes comuns. Tais cartografias destrutivas têm uma ética, são geradas por maquinismos engendrados por aqueles interessados em produzir as suas próprias vidas (e não as vidas de outros, ou controlar a vida de outros) (Guattari, 1987). Com a ativação desse olhar corporal, uma sensibilidade territorial incorporada, a vida, tornada sempre em débito, exclusão ou aniquilamento diante dos persistentes cálculos do capitalismo pós-industrial, pode dar seu giro, riscar sua encruzilhada.

A imagem de uma cartografia destrutiva é paradoxal, já dissemos. Mas há uma diferença entre forças destrutivas e cartografia destrutiva.

Nos diagramas de subjetivação disponíveis majoritariamente e, diante da destruição de tantas formas de vida, de uma separação forçada entre sujeitos e um mundo pluriverso (Escobar, 2017), crescem a individualidade e a alienação. São secretadas inúmeras impotências, inclusive a perda do desejo de vida. Tenho me empenhado em tentar entender (e discernir) como as forças de destruição são diferentes das cartografias

destrutivas. As cartografias destrutivas são os gestos, os atos, os desenhos, os signos, as maneiras de mapear e seguir os fluxos mutantes e micropolíticos de nossos movimentos junto dos processos de resistência, na tentativa dura e penosa de sobreviver a opressões várias, mais ou menos compartilhadas, mas nunca distribuídas igualmente.

Ocupar-se das destruições envolve pensar a quem pertencem as forças que destroem, mas também se ocupar de pensar sobre as forças que modificam e transformam. Cartografar as forças é sempre uma maneira de deslocar o poder de onde ele quer se cristalizar. A cartografia destrutiva quer destruir inclusive a retórica hegemônica de quem destrói são – apenas - as forças majoritárias, molares, estatais. A cartografia destrutiva quer fazer derruir as forças que oprimem. As forças que a cartografia destrutiva persegue chamo de forças de destruição, para diferenciá-las das cartografias destrutivas.

As cartografias destrutivas são também, à sua forma, força. Vão contra as várias formas de destruição de nossas vidas (ou das vidas), e inauguram caminhos, nutrem desejos e encorajam fugas – para retornar com novas armas. Atuam como um poder compositivo e decompositivo que demole paulatinamente as versões hegemônicas das forças destrutivas. Produzem, afirmam, positivam, efetuam. As cartografias destrutivas recompõem nossa relação umas com as outras, nossa relação com formas de vida humanas e mais-que-humanas, fluxos, espaços, grupos, localidades, práticas, lutas, mundos. Mas como qualificar essas modulações entre as cartografias destrutivas e as forças de destruição? Como cartografar essas forças de destruição? Como garantir que elas recrudescam? Como as sentimos? Como as performamos? Que miríade de incertezas elas acompanham?

As cartografias, como modo de situar-se, marcam um encontro entre uma abertura ao sensível (mutações da subjetividade) e o desenho de políticas cognitivas (formas de percepção, produção e expressão da relacionalidade não dual da existência). Desenho(s) em processo, giro(s), ou riscos de uma encruzilhada.

Na encruzilhada estão expostas as possibilidades, mas também os esgotamentos, uma vez que uma cartografia destrutiva é movida pelo desejo de operar a desaparecimento de modos de opressão, reclamar territórios roubados, assassinatos irreversíveis (líderes comunitários, lideranças indígenas, artistas negros). Uma cartografia que refuta modos de aniquilação. E a invenção que tais cartografias gestam não são da ordem de um novo que vem integralmente do futuro. As invenções de mundo, sabemos, estão gestadas em seu passado. Ancestrofuturismos. Saberes das sementes (Wells, 2011). As versões de mundo que nos entregam prontas percebemos que nos levam a nenhum lugar. Ou lugar nenhum. Distopias de mundo distópico. A cartografia destrutiva vai contra a ideia de que vivemos

num mundo de possibilidades esgotadas, cuja participação estaria prevista em uma axiomática rígida, ou de uma totalidade dominante, cuja dinâmica se torna apenas ser ou não ser expulso, permanecer endividado ou...

O que querem as cartografias destrutivas é se opor aos efeitos nefastos das forças destrutivas que impõe diversas linhas de controle aos modos de vida - dos outros. A categoria 'outro', inclusive, é produzida nessa operação, visto que a alienação, a separação, e a desimplicação são operações que produzem essa categoria. As cartografias destrutivas, por sua vez, têm por suposto uma coerência produzida no "seio maquínico de seus processos", como diria Félix Guattari. Cito: "Desejamos trabalhar a partir do ângulo das assemblages que, até certo ponto, criam (secretam) suas próprias coordenadas de metamodelização" (Guattari, 2013, p. 24)

O que quer dizer Guattari por "coordenadas de metamodelização" é compreender que a construção de modos de existência precisava resistir, naquele tempo, e hoje, às coerções macro e micro fascistas – e Guattari opta por usar um termo que não seja programático no sentido de arregimentar subjetividades resolvidas por esquemas genéricos. Os fluxos existenciais são semióticos, de composições maquínicas.

Tais cartografias se produzem nas esquinas, nos encontros, nas conversas, nas assembleias, nos coletivos auto-organizados, nos grupos de apoio e cuidado, nos ensaios de teatro político e inventivo, nos mapeamentos do poder, nos muros pintados, nas manifestações que reclamam a necessidade de inventar relações autênticas com os territórios, de produzir modos autênticos de vida e de defendê-los. E sim, tais cartografias se misturam com os gemidos de dor, e com os gritos de cansaço da gente, porque a exploração e a alienação esgotam nossas corpos. As cartografias destrutivas não são cartografias de comando. Por isso é importante entender como, diante de tantas corpos individualizadas (anonimizadas, silenciadas, esgotadas) podem se sustentar espaços que são inventivos à sua forma, que insurgem contra a violência à qual são condicionados, mas não dependem da mesma forma da destruição à qual são submetidos. Movimentos insurgentes. Temporalidades intensivas. Quais são os recursos acessados então desde as escolas, as partilhas, as aldeias, os quilombos, a favelas, as salas de aula, as assembleias feministas, socorristas do aborto legal, as enfermeiras-militantes, para reverter essas violências?

Já dissemos: as cartografias destrutivas e as forças de destruição se confundem. Desejar a destruição dos mundos macrofascistas e desejar que parem de nos destruir são imagens que se sobrepõem. Cartografias de autodefesa e de ataque são cartografias destrutivas. Estratégica e taticamente destrutivas. Por isso as cartografias destrutivas

operam mapeamentos simultâneos – compor e decompor, montar e desmanchar, e que secretam outros. Nestes acoplamentos ou sobreposições, nestas passagens de fina molecularidade, passam tantos esgotamentos e descobertas, mas, por outro lado, se abrem muitas linhas de análise. Linhas de análise e de produção incontrolláveis.

Neoliberalismo, violência, destruição

A instituição do neoliberalismo acontece debaixo da produção de violência, os macros fascismos, a financeirização, a destruição dos comuns. E não há período histórico que não transicione sem isto ou instalação econômica que não dependa da produção de novas formas de controle e violência.⁸ A sofisticação dos modos de violência a cada tempo presente sempre surpreende, e deve mesmo surpreender. Se o fascismo aniquilar nossos sentidos, estaremos ainda mais perdidos. A sensação assustadora de perda dos limites em contra àquilo que poderia proteger, mas sabemos que a lei, no papel, é arbitrária. Os mecanismos de coerção ao trabalho e à exploração, por exemplo, destroem o espaço das lutas de resistência a esta coerção. Temporariamente nos resguardamos na dúvida, como forma de descanso, afinal, será que nossa luta é suficiente ou será que já não temos ponto de negociação, estando o fascismo instalado definitivamente como programa da violência sobre a vida? Fascismo de sinal único: impor um modo produtivo como instrumento unívoco (e absolutamente diversificado) de relação. Parece que perdemos qualquer ponto de contestação ao absurdo da violência fascista, do mesmo modo que se perderam as bordas do que se considerava factível no âmbito da violação das leis ambientais – e também de sua desreferencialização.⁹ Tudo já é possível arrasar em mundos mais-que-humanos. Comunidades e ecossistemas se encontram totalmente desprotegidos (Maceió que afunda¹⁰; o agronegócio na Amazônia), expresso na perda da proteção dos mananciais de água límpida, nas florestas, e mesmo nos desertos, mesmo elevados à condição de sujeitos.

⁸ Os estudos feministas tem análises bem específicas sobre a destruição das comunidades e porque e como as mulheres foram sobrecarregadas no núcleo familiar dos cuidados, tema que já trabalhei em outros textos. Ver Maria Rosa Dallacosta e Selma James (1971), e mais.

⁹ O jogo cada vez mais evidente das formas corruptíveis das interações da política representativa com o enriquecimento ilícito e com as máfias organizadas penetrando a Amazônia, o garimpo e o tráfico de armas, somando ainda a exploração dos corpos das meninas indígenas como mais uma forma dessa dominação.

¹⁰ A empresa de mineração Braskem está sendo processada por literalmente “afundar” grande parte da cidade de Maceió, em decorrência da extração de sal-gema, expulsando mais de 60.000 pessoas de suas casas. <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/cpi-indiciamento-braskem-maceio-crime/> Rede Brasil Atual, 15/05/2024

Quando escutamos dos povos originários¹¹, dos quilombolas, quando lemos Isabelle Stengers, Franco Bifo, Elsa Dorling, me chama muito a atenção a persistência da narrativa de perda, falando de um mundo esfacelado, que é radicalmente mais violento que os mundos conhecidos, anteriores. A sofisticação das formas de poder de mando e comando se ampliam, portanto, à medida da destruição de um mundo tal qual o conhecemos. Violência e destruição que se apresenta mais e mais, geração após geração, e destruição que significa também uma destruição de valores. Marcando a importância da passagem de narrativa intergeracional e entre povos.

Se por um lado detectamos (e lutamos) cada vez mais contra os efeitos da separação e alienação entre valor do capital e vida humana e mais-que-humana, parece que já não há valores que podem segurar a pertinência de mundos em diferença, mundos que poderiam não ser obrigados a se cruzarem molecularmente, atmosféricamente: Um avião é avistado de uma aldeia isolada.

A maneira como podemos destruir aquilo que nos destrói é uma pergunta absolutamente ética porque cuida da manutenção da vida. Pergunta que também quer dizer do modo como transformamos o mundo enquanto tal. Hoje – e desde a década de 20 - a Palestina violentamente ocupada, e agora em 2023-2024, 100 anos depois a tentativa final de fazê-la invisível pelo acúmulo de cinzas, concreto explodido, arames farpados, corpos, sangue, casas inteiras. A conquista do território da Palestina pela violência sionista de Israel é um exemplo de um modo de destruição que está para além de qualquer mecanismo institucional crível, legal, produzindo inclusive um controle de informação e a produção de uma narrativa de guerra contra um grupo terrorista – cuja territorialidade é projetada sobre cidades, plantações de olivas e chácaras, criminalizando para exterminar todo um povo.¹²

No Brasil, mas não sem pensar naquela guerra, Peter Pál Pelbart (2017) afirma em sua análise macropolítica que “estamos em guerra”. Guerra institucional, guerra instituída pelo estado contra as minorias. Genocídio de pobres, pretos e favelados. E as condições de luta são absolutamente desiguais. Discutem-se posições diferentes sobre a incisão dessa guerra, sobre a incisão necropolítica – quem ela mira de fato. Emergem tempos subjetivos distintos, alguns que dizem que a ditadura não acabou, e que ela não provoca efeitos homogêneos.

¹¹ O documentário “Quentura” apresenta os efeitos da mudança climática na produção do alimento nas etnias Yanomami e Kaxinawá, no alto Rio Negro. Direção de Mari Corrêa, 2018. Disponível em: {<https://vimeo.com/307734732>}

¹² Mesquita cita Eyal Weizman, em como o desenho de mapas da região da Palestina obliterou o que de fato existia no território como justificativa, também, de sua ocupação. (2019, p. 11)

Perversão do poder em ordenar a ordem - que é, na verdade, destruição. Perversão do poder fascista que assalta o espaço da representação e reproduz aquilo que Pelbart chama de “corrosivo”, interferindo com a qualidade da linguagem, fazendo com que sentidos se percam operando uma “inversão do valor das palavras” (Pelbart, 2017, n.p.).

Essa suposta normalização em curso, essa denegação, essa pacificação pela violência — eis o modo pelo qual um novo regime esquizofrênico parece querer instaurar sua lógica, em que guerra e paz se tornam sinônimos, assim como exceção e normalidade, golpe e governabilidade, neoliberalismo e guerra civil. (Pelbart, 2017, n.p.)

Já sabemos o que temos que abandonar. Boa parte da filosofia política depois dos anos 80 vai se debruçar em analisar o jogo de linguagem que o neoliberalismo instala, a manipulação que dá conta de fazer com que o sentido escape. Jogo da desreferencialização que visa, apenas, a multiplicação do valor financeiro, monetário, de lucro. Linguagem e sentido são manipulados a ponto de fazer existir apenas um significante: o valor financeiro contra o pluralismo anti-capitalista.

Como escreve Bifo “você não pode encontrar verdade no capitalismo financeiro, porque a ferramenta essencial para o capitalismo financeiro é esta: a verdade desapareceu, foi dissolvida” (Berardi, 2012, p. 85). E como escreveu Guattari anos antes, o que existe é apenas uma troca de signos, a desterritorialização do sentido. Bifo cita John Baudrillard, quando em 1976, alardeia que todo o sistema estava caindo em indeterminação, o que ocorre também por causa da perda da relação direta de valor entre ouro (mineral) e dinheiro (idem, p. 86 - 87).

O que se compreende como trabalho também está – há pelo menos quatro décadas - passando por essa desmaterialização e desreferencialização, visto que não são todas as finalidades que são materiais, a produção se torna (mais e mais) semiótica. Bifo analisa então que foi neste momento que a violência passou a ser a razão da medida.

Qual é o ato ou processo de determinar o valor? A força, a dureza, a violência. (...) A conjunção entre violência e financeirização do capitalismo não é extemporal e casual. É absolutamente estrutural. Não pode haver economia financeira sem violência, porque a violência agora se tornou o único método de decisão na ausência da razão anterior. (Berardi, 2012, p. 88)

Um exemplo concreto e cotidiano é a “guerra” contra o tráfico no Rio de Janeiro que, semelhante à Palestina, distribui o ataque à toda a população favelada, mantendo desta forma uma opressão eficaz sobre sua circulação e segurança. Diante disso precisamos poder negar, como escrevi em 2019, como aprendi do enunciado creole “não vamos obedecer” (Ribas, 2019). Negar as realidades e os enunciados que se imprimem sobre nossos corpos, um embate corporal das múltiplas realidades. Onde é que paramos,

quais são as armas que temos, onde queremos chegar. Aprender a lutar. Para mudar as estruturas é necessário pensar para além de si. É necessário, talvez, conhecer o inimigo.

Se há um pensamento que nos tomou no ciclo de emergência do fascismo é a percepção de que não temos proximidade com aquele que identificamos como o fascista, ou a subjetividade conservadora. Pausa para um relato de algo que aconteceu de fato, em São Paulo, em uma oficina pensando som com matéria para processos coletivos, em 2017.¹³ Partilhávamos de ferramentas em comum, assim como tantos saberes e possibilidades para escutar-nos uns aos outros. Conversamos sobre como não tínhamos nenhuma proximidade com aquilo que entendíamos como subjetividade fascista. Talvez estivéssemos ainda assustados, ou preparando-nos com o que viria a acontecer. Estratégia da cartografia, uma pausa: é preciso olhar de novo, antes das formas ficarem fixadas demais. Não sucumbir, mas olhar de novo, com esse olhar semiótico-diagrama-em-acontecimento que busca compreender: quais forças reativas elevam os conservadorismos? Como se multiplicam valores corruptos? O desconhecimento daquele “outro” poderia ser antes o reconhecimento de fragmentos de inimigo, ou esse inimigo-total-em-mim. Mas as forças não são tão duais assim. E, somando a isso, não se dobra o poder da mesma forma que ele sobrepõe.

É uma cartografia deveras complexa a que se consuma pós-golpe. Ao conhecer e analisar as contradições destas forças aparecem outras operações possíveis: derruir, ou *corroer o que destrói*. O poder que nos ganha, que nos consome, o que nos imobiliza. Pelbart nos chama para compor algo contra essa “mega máquina que se instalou”, algo que possa agir de “forma inusual entre a análise, o manifesto, o grito, a arma” (Pelbart, 2017, n.p.), mas é melhor deixar as armas fora disso. Ao menos um certo tipo de.

Resistência à ditadura/ criação institucional

As cartografias nos apresentam as diversas relações que tecem um tema, um problema. Olhando para parte da história do movimento institucionalista no Brasil, vamos encontrar diversas cartografias destrutivas de nossos contextos macropolíticos, formas de derruir algumas durezas das instituições estatais – e suas tramas com o comum. A luta por uma democracia estatal (aquela pela qual não se pode parar de brigar) apresenta uma força

¹³ Jornada “O som como matéria para processos coletivos”, concepção e curadoria de Diogo de Moraes e Elaine Fontana, Participaram Ultra-red (Christopher Jones), e Ricardo Basbaum e eu. Museu Lasar Segall, São Paulo. Mais informações: { <https://diogodemoraes.net/index.php/textos/o-som-como-materia/> } Acesso em: 20/11/2023.

verticalizada e árida, levada adiante pelos partidos políticos, uma solução já conhecida: política de cartilha, cartografia não inventiva. Muitas resistências e um acúmulo de saberes reemergem em meio à democracia desenvolvimentista. Mas titubeia em nós diferentes percepções sobre conquistas e retrocessos. Afinal, o poder não age igualmente em todas as corpos e territórios, ele produz formas de opressão específicas. Desde ‘dentro’ dessas instituições – mesmo aquelas transformadas por intensos procedimentos de análise (sistema de cotas, ações afirmativas) - não é possível garantir um “funcionamento total”, porque a democracia desenvolvimentista assimilou também inúmeras formas de controle.

Práticas tais como esta que se pode chamar de cartografia destrutiva surgem a partir de práticas sociais e institucionais investidas nos diversos anos de resistência à ditadura e ao militarismo no Brasil, desde os anos 1960. Encontramos ali ferramentas que nos ajudam a analisar as forças destruidoras e as cartografias destrutivas, um hoje que não se apresenta tão novo assim, diante da perspectiva da história das resistências. A importância da mobilização de conceitos e práticas que pudessem orientar e realizar a produção em formações institucionais resistindo à estagnação das hierarquias, tais como no âmbito da saúde pública (na gestão da saúde coletiva, das instituições psiquiátricas, por exemplo, está bem documentada por diversos autores (Coimbra, 2005) (Hur, 2009) (Ribas, 2017) (Rodrigues, et al., 1992). A análise institucional e a anti-psiquiatria junto da cartografia esquizoanalítica foram amplamente difundidas, e esta última continua a ser estudada e desenvolvida em diversas configurações institucionais singulares. É a partir daí que podemos falar também de ‘modos’ de operar assembleares e de redes de trabalho, mais do que programar via protocolos e hierarquizar. Tais práticas se tornaram absolutamente relevantes no desenvolvimento de instituições acadêmicas em transversalidade com outras instituições e grupos, construindo programas de pós-graduação, por exemplo capazes de atuar transversalmente.¹⁴

Cartografias esquizoanalíticas não são desenvolvidas, contudo, apenas a partir da academia e espaços institucionais, mas de maneira transversal entre várias práticas e instituições de formação e ação social.¹⁵ Grupos, agenciamentos, projetos, redes, em temporalidades diversas. A atualidade dessa prática é um reflexo da história bastarda que

¹⁴ Crucial para compreender este contexto a fala de Laura Macruz Feuerwerker em um seminário sobre a obra de Félix Guattari, na faculdade de Filosofia da USP em Maio de 2024, a partir de 2h 37minutos. Vídeo disponível em: { <https://www.youtube.com/live/f4geSLWwVOA?si=AQKQtJzd0kOSW4k9> } Acessado em 02/05/2024.

¹⁵ Algumas reflexões sobre destruição – e violência_ encontram ressonância com o debate e com as práticas decoloniais, cada vez mais urgentes e persistentes em inúmeros contextos e localidades. A produção de Jota Mombaça poderia ser articulada aqui, por exemplo.

constituiu a difusão da filosofia da diferença em relação a saberes locais, e a outros fluxos decoloniais no Brasil (como escreve Carlos Escobar em 1974¹⁶). Uma afirmação assertiva que emerge naquele momento é feita por René Lourau (1993), de que toda análise institucional encontra a análise do estado. Ou seja, a cadeia de instituições que organiza a sociedade tem o estado como o agenciador maior das políticas de subjetivação garantindo a reprodução de um sistema de controle disciplinar, e produtivo. A instalação da ditadura (colocando a democracia num horizonte inalcançável), reforçando segregações que se tornariam na grande maioria irreversíveis – resultando no Brasil ainda colonialista e racista que temos hoje. Parte da cartografia destrutiva (institucional) daquele momento se tornava, por isso, reinvestir nas instituições de maneira que elas se tornassem dispositivos de produção distribuídos capazes de lutar molecularmente contra a estrutura militar controladora que se sobrepunha à sociedade.

Nos anos 60 e 70 fizeram parte dessa composição as pastorais religiosas, a organização de lutas populares, os movimentos de periferia, a luta armada organizada, as resistências indígenas aldeadas e quilombolas. O desenvolvimento das cartografias e da análise institucional refletia os processos de resistência à opressão institucional do regime ditatorial e empurrou o processo de abertura do país. Uma forma de olhar esta história é conhecer as passagens de saber - e porque não tráfico contra o instituído – que aconteceu em parte pela migração e êxodo forçado ou voluntário de militantes, pesquisadores, psicanalistas, teatrólogos, psicólogos, entre outros, no período que vai do final dos anos 60 até meados dos anos 80 (um pouco antes do neoliberalismo entrar de fato na política nacional) em articulações políticas que marcaram internacionalismos importantes para proteger pessoas e lutas. A crítica ao corporativismo da psicanálise (instituição não transversal, mas fechada) ancorava o movimento institucionalista em um impulso ainda mais transversal, indo contra o fechamento exclusivista do processo de formação dos psicanalistas (Coimbra, 1992). Somando a isto, a clínica no âmbito da psicologia era encorajada pelo estado como mais uma forma de fechamento capsular, familiaresco, tratando o que era problema social no âmbito do privado.

Junto da crítica às instituições e ao funcionamento da psicanálise é preciso demarcar que uma cartografia subjetiva só se tornou possível com a invenção de novas formas de pensar a subjetividade (Rolnik, 2011) (Ribas, 2017). Se cartografar é acompanhar processos, não se trata de desenhar territórios rígidos, representados fora da dinâmica das vidas humanas (e mais-que-humanas) e dos fluxos que constituem um

¹⁶ Escobar, C. "As instituições e o poder". Em: *As Instituições e os Discursos*. Ed.: Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1974. (p. 3-33)

território. Cartografar produz saberes, ou antes, escuta saberes ao mesmo tempo em que produz territorialidades. Semióticas subjetivas e existenciais. Seguindo o que foi desenvolvido no contexto do movimento institucionalista brasileiro e da análise institucional, cartografar se tornou método de produção do conhecimento, e a história da cartografia (esquizoanalítica) ou da cartografia dos branco-europeus (que por sua vez fagocitaram nômades) é parte da genealogia desta pesquisa. Mas para evitar criar um programa, e para apostar antes, num pragmatismo, compreendemos que a cartografia destrutiva depende de um método inteligente e compositivo, não de uma re-cognição. Ou seja, depende também de uma outra compreensão sobre o funcionamento da cognição.

Políticas cognitivas, políticas da cognição

Virgínia Kastrup, narrando as oficinas em uma comunidade carioca para tratar de violência policial e militarizada com jovens conta sobre a diferença entre violência destrutiva, que gera medo e assusta, “produzindo uma paralisia e o fechamento da cognição para a problematização”; e uma violência criadora, que produz uma abertura do sistema cognitivo para seguir as bifurcações que nele acontecem. “Nesse caso, os signos são violentos no sentido em que, surpreendendo, forçam a subjetividade, fazem pensar diferentemente, impulsionam a ação e acionam desejos” (Kastrup, 2008, p. 290) Não faço uma analogia simples entre cartografia destrutiva e violência criadora, mas há algo aí que contagia. De que maneira a destruição – vista pelo acompanhamento da cartografia - interpela aquela paralisia. “Faz apelo a um deixar-se levar, a uma entrega, puxa e conduz por caminhos inéditos,” (idem, p. 290), não a evitação que gera o modo da violência destrutiva, mas um “campo movente, na experiência da problematização” (idem, p. 292). Cartografias que dependem, portanto, de uma situacionalidade que é intrinsecamente criativa e produz ‘aqui mesmo’ imediatamente aqui, ‘com as próprias mãos’ e com todos os sentidos.

A partir dos andamentos do movimento institucionalista, de formas coletivas de compreender a saúde, percebemos – sempre com maravilhamento - a emergência de um conceito (e de diversas práticas) que situam a transformação e a destruição do processo cartográfico como uma operação sensível e cognitiva, ou seja, que depende das nossas faculdades de conhecer. O conhecer que não está separado da criação. A relação entre cognição e criatividade é uma invenção nos estudos de Virginia Kastrup (2007 {1997}), desenhando uma nova política cognitiva capaz de rebater certos regimes que categorizavam a cognição meramente como faculdade representativa (ou dada à

representação e simulação). A crítica de Virginia Kastrup, junto de Eduardo Passos e Silvia Tedesco – entre outros – vai contra a ciência computacional, a filosofia e a psicologia da linguagem e suas relações com a subjetivação.¹⁷ “A cognição não deixa de estar relacionada ao processo de organização e estabilização do mundo”, e há um “princípio de instabilidade (que) aponta para a origem não simbólica e não-ordenada da cognição” (Passos, 2008, p. 80). A cognição que se dá também no tempo, afirmando que há uma força de criação do tempo na sua disruptividade (Passos, 2008, p. 222).

A cognição para Kastrup é inventiva, ou seja, ela não é nem um dispositivo vazio a ser preenchido com informações, nem depende de um modelo identitário, cujo funcionamento pode ser prescrito por máquinas de estimulação, nem previsto, muito menos copiado ou aperfeiçoado por sistemas computacionais. Como afirmaram Humberto Maturana e Francisco Varela, “sujeito e objeto são efeitos de uma relação, e não condição da atividade cognitiva” (Maturana; Varela apud Kastrup, 2007). Engajando a conceitualização da cognição para além ou longe dos modelos representativos, este estudo procurava entender como a cognição muda (ou mutaciona) a seu tempo, nas interações com a tecnologia, a ciência e como não dizer – os mercados (é preciso também compreender a interação da cognição com elementos extra-cognitivos, eles dizem). Ao pensar que a cognição é inventiva se está propondo mais do que uma cognição cumulativa ou mera receptora de signos já existentes. Tal como o caminhar é compositivo da própria percepção do deslocamento em relação ao terreno, mas não depende de uma totalidade pré-existente para ‘funcionar’. Assim, a cognição e o desenho inventivo, em outro exemplo, se aproximam, com a produção e a troca de signos, percepções, informações. Sendo a cognição de natureza performativa, afirma-se que conhecer é realizar, e vice-versa. E isso coletivamente, evidentemente. “Todo ato de conhecer é uma forma de engajamento no mundo, de comprometimento com o mundo que se constitui nesse ato mesmo.” (Kastrup, 2008, p. 87).

A arte também pode se pensar pelos processos cognitivos que engendra, visto que a experiência estética está totalmente enraizada no funcionamento biológico/fisiológico do que entendemos por cognição, uma compreensão que fica mais calcada, provavelmente, aos estudos e práticas pedagógicas, mas que pode ser pensada aqui igualmente na implicação política que a cognição retém. Kastrup afirma que “a cognição é transformada por elementos extra cognitivos, novas tecnologias, forças coletivas, as artes, as políticas de

¹⁷ Como parte de um movimento coletivo de pesquisa criaram grupos de pesquisa dedicados a defender a produção de conhecimento por estratégias transdisciplinares, e publicaram em 2008 o livro “Políticas da cognição”, entre outros.

aprendizagem, os novos regimes de signos...” e a cognição, como eles dizem, “é processual, e não informacional – aquisição de informação.” (Kastrup, 2008, 10-11)

Diante desta definição da cognição como inventiva, a cartografia ganha novos elementos, ou, ela mesma, se situa. Visto que ela opera derruindo... e secretando, quando necessário, signos, gestos, realizações, à medida de seu acontecimento. A cartografia destrutiva depende, portanto, de uma capacidade inventiva. “Não há um objeto que ocupe o lugar de causa no processo de subjetivação” (Kastrup, 2008, p. 293). O destrutivo destas cartografias é um impulso que depende de criação. É literalmente fazer variar os modos de ver, os modos de se relacionar, e por isso para cartografar destrutivamente é preciso compreender sua força criativa e maquinica.

Cartografia Crítica, mapas indígenas

Uma cartografia árida, dissemos em outro texto, é aquela que trata o território como um espaço inerte, sem movimento (Ribas, Schweizer, 2022).¹⁸ A oposição que criamos no texto Hidrocartografia: mapeando com as águas queria pensar como a recusa ou a incapacidade de uma cartografia tradicional interessada em demarcar territórios para deles se apossar também gerou um método que limita pensar os fluxos nos territórios. Essa incapacidade poderia também obliterar a presença das águas e como elas desenham constantemente na superfície limítrofe entre água e terra. A percepção das águas nos levou a produzir metodologias de desenho que aliam a percepção do território à composição expressiva, fazendo arte e cartografia colaborarem – saberes e técnicas que foram associadas na invenção da cartografia, séculos atrás. A cartografia que pensa a partir das águas, aprendemos naquele momento, assumia como esta é uma metodologia que escapa, visto que precisa estar em confluência com as territorialidades, as tensões, os afetos em jogo. A cartografia como ciência colonial e regular é, então, desafiada por uma cartografia das águas.

¹⁸ Paul Schweizer, geógrafo e educador, e integrante do coletivo orangotango {<https://notanatlases.org/>} que organizou um imenso “não-atlas” de cartografias críticas em 2015-2016, “This is not an atlas”. (Kollektiv Orangotango, 2018)



Figura. 4 - Oficina de Hidrocartografia, de Cristina Ribas e Paul Schweizer com a escola Konstfack (design e arquitetura), em Estocolmo, na Suécia. A oficina teve duração de 20h (on line). Na imagem, uma aluna faz um 'mapa' com a fralda de sua filha, usa cobre e tinta diluída.

Foi através de indicação do amigo Paul que em 2021 recebemos financiamento para realizar um vídeo entrevistando lideranças indígenas no Brasil. O vídeo era uma encomenda do Goethe Institute de Bruxelas, na ocasião da conferência anual do clima, a COP 27. Nos reunimos então eu, Lucas Icó e João Maurício Farias, que teve larga experiência trabalhando na Funai acompanhando indígenas no sul do Brasil em suas lutas de retomada de território e nas demarcações de terra (TI – terras indígenas). O convite-encomenda inicialmente solicitava a fala de lideranças indígenas da região amazônica, evidentemente mais conhecida fora do Brasil, ao que respondemos com a proposta de literalmente gerar uma enunciação mais al sur, colocando em visibilidade a realidade de povos aldeados (ou sem acesso a território para fazer suas aldeias). Em busca da escuta de vozes femininas Guarani, João Maurício nos levou à Talcira Gomes (Yva), seus filhos Araci (Yva) e Éverton (Karai) e duas irmãs, ocasião na qual conhecemos também a anciã Laurinda (Kerexu), já muito quietinha mas presente e observadora. Laurinda faleceu dois anos depois, com 101 anos.

atividade de extensão : oficinas

cartografia visual, subjetiva, social, crítica...

**7, 14 e
21/11**
5a feiras
14h30 às 17h30

com
Cristina Ribas (org.)
Lucas S. Icó
Sinthia Cristina Batista

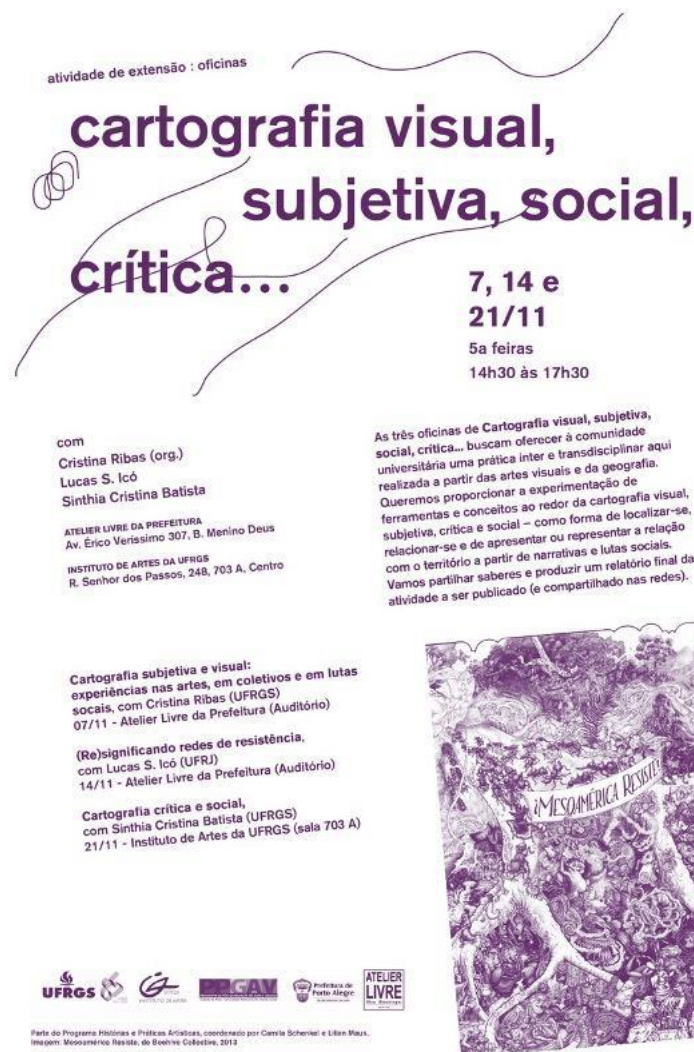
ATELIER LIVRE DA PREFEITURA
Av. Érico Veríssimo 307, B. Menino Deus
INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS
R. Senhor dos Passos, 248, 703 A, Centro

As três oficinas de Cartografia visual, subjetiva, social, crítica., buscam oferecer à comunidade universitária uma prática inter e transdisciplinar aqui realizada a partir das artes visuais e da geografia. Queremos proporcionar a experimentação de ferramentas e conceitos ao redor da cartografia visual, subjetiva, crítica e social – como forma de localizar-se, relacionar-se e de apresentar ou representar a relação com o território a partir de narrativas e lutas sociais. Vamos partilhar saberes e produzir um relatório final da atividade a ser publicado (e compartilhado nas redes).

Cartografia subjetiva e visual:
experiências nas artes, em coletivos e em lutas sociais, com Cristina Ribas (UFRGS)
07/11 - Atelier Livre da Prefeitura (Auditório)

(Re)significando redes de resistência,
com Lucas S. Icó (UFRJ)
14/11 - Atelier Livre da Prefeitura (Auditório)

Cartografia crítica e social,
com Sinthia Cristina Batista (UFRGS)
21/11 - Instituto de Artes da UFRGS (sala 703 A)



Parte do Programa Histórias e Práticas Artísticas, coordenado por Camilla Schenker e Lilian Mauz.
Imagem: Movimento Resistência, do Instituto Colômbia, 2019.

Figura 5. - Cartaz da Oficina Cartografia visual, subjetiva, social, crítica, realizada como ação de extensão, PPGAV/UFRGS e Atelier Livre da Prefeitura, 2019. Porto Alegre.

Eu e Lucas vínhamos de experiências anteriores de ministrar cursos de cartografia visual em escolas de artes ou na universidade¹⁹, e estávamos trocando há algum tempo sobre a relação entre desenho indígena e território, imaginando como seria esta relação entre *tekoa* (aldeia), linha e terra, signo e acontecimento a partir dos indígenas guarani mbya. Nos sentamos com a família de Talcira na frente de uma das casas da aldeia, a Tekoa Nhundy, na cidade de Viamão. João Maurício que conhecia a família há mais de uma década começou a conversa, pedindo para Talcira contar como eles tinham chegado naquele lugar. No desenrolar da conversa trocamos sobre a tensão inevitável entre demarcação de território e necessidade dos mapas, e a contradição que isto apresenta.

¹⁹ Em 2019 como parte da pesquisa pós-doutoral, organizei e ministrei o Curso de Extensão *Cartografia visual, subjetiva, social, crítica*, junto a Lucas Icó e Sinthia Cristina Batista (Doutora, professora de Geografia do Campus Litoral/UFRGS). Participaram do curso estudantes da universidade, pesquisadores de pós-graduação da psicologia, antropologia, arquivologia, artes visuais entre outros. Programa do curso <https://desarquivo.org/node/31726/>. Em 2020 realizamos eu e Lucas dois cursos de cartografia crítica junto à Escola de Artes Visuais do Parque Lage.

Porque se, afinal, os invasores somos nós, os *jurua*, porque os indígenas precisariam delimitar o território a ser devolvido a eles? Indo muito além da métrica, Talcira nos falou do “olhar que vê longe” dos guarani, que “vê duas coisas” (o passado e o futuro), e “olhar que vê terra boa”, mas terra que é, na verdade, difícil de encontrar. Duas coisas, tem que ver. Nós enxergamos antepassados, e o futuro também. Por isso que nossos avós nunca terminam a história. Os mais velhos estão assim como livros vivos. É livro humano que a gente tem. (Depoimento de Talcira Gomes Yva, para o vídeo-documentário *Tekoa Rangaa*, 2022)

O povo guarani “não precisa do mapa”, assim como não tem o mapa como concepção (*rangaa* seria desenho ou mapa). A necessidade do mapa – e portanto, da cartografia, surge no momento da (re)ocupação da terra que lhe foi roubada, e que precisa ser reclamada juridicamente. Então mensurada, delimitada, desenhada. Cartografia destrutiva em processo, que destrói a narrativa do indígena como invasor, e restitui, ainda que pela marcação – o que é para eles uma contradição – , o direito de permanência em seu próprio território. Cartografia que se torna uma arma de proteção para os indígenas, na fala de Araci e Éverton. Assim como a câmera de foto e de vídeo, que registra o dia a dia, são instrumentos de defesa da realidade opressora imposta pelo estado e pela sociedade dos jurua.



Figura 6: Laurinda Gomes, Talcira, Araci e Éverton em casa da Tekoa Nhundy, Viamão, RS. Still do vídeo-documentário *Tekoa Rangaa*, 2022, de Cristina Ribas, Lucas Icó e João Maurício Farias.

Na conversa, olhamos também os mapas desenhados por indígenas de diversas aldeias guarani realizados pelo projeto Saberes Indígenas na Escola, organizado pela UFRGS, em 2014. Foram desenhadas cerca de 30 aldeias guarani do estado, criando uma caixa que foi redistribuída para as escolas indígenas. Os desenhos da territorialidade de cada aldeia mostram a disposição de casas, quadras de futebol, escolas, plantios, estradas,

rios e lagos, e animais, plantas, e mais, espacialidades diversas, diferentes formas de apresentação e representação. A cartografia apresenta a composição de elementos humanos e mais que humanos, cartografia cosmológica, que destrói a visão (única) preconceituosa do juruá de que o povo guarani não teria direito à terra à qual pertence.

A singularidade da compreensão da representação e apresentação via desenho para os guarani mbyá segue em pesquisa “do lado de cá”, visto que sua forma de pensar o desenho e o grafismo não acontece da mesma forma que pensamos o desenho representativo. Talvez a noção de signo como agente de um acontecimento seja o que mais aproxima essas diferentes pragmáticas. Para os guarani mbya o desenho do grafismo, por exemplo, invoca... a materialidade de uma força, específica. Araci da Silva no vídeo “Grafismo Mbyá Guarani” diz que os “grafismos te fazem pensar em um mundo melhor, para todos os habitantes da terra.”²⁰ Explica: “existe o grafismo que se usa no artesanato, e existe o que supre as necessidades espirituais e cosmológicas de ser mbyá guarani”. O desenho, ou o grafismo afirma uma conexão que é, portanto, muito mais semiótica e espiritual. No grafismo da estrela ou naquele que fala da cura da terra podemos projetar, talvez, nossas cartografias juruá. “É toda uma comunicação da vida, do modo de ser mbyá guarani que fica registrado e que leva o Mbyá Guarani a um estado de meditação e de mergulho interno na sabedoria de seus ancestrais”, complementa Araci.



²⁰ “Grafismo Mbyá Guarani”, 2022. Araci da Silva (direção), Everton da Silva (imagens). Disponível em https://youtu.be/8QSiukuMnKs?si=VHcgRZlm0f_AiNpw Acessado em 11/08/2024.

Figura 7. Indígenas da Aldeia Gaviraty Porã. *Tekoa Gaviraty Porã*, Projeto Saberes Indígenas na Escola, UFRGS, Porto Alegre, 2014.

Desenho, grafismo, mapa e cartografia se acompanham, e se transmutam. Se os mapas surgiram para a dominação dos territórios, como se analisa na cartografia crítica, ele se torna aqui – assim como temos trabalhado em oficinas – ferramenta de composição de territórios subjetivos, existenciais, de luta. Realidade na qual não há territórios a priori, há composições singulares. Os mapas produzidos pelos indígenas – e aquilo que podemos produzir junto com eles nestas cartografias críticas, opera uma oscilação não dura nem dual (ou total) entre destruir e ser destruído (pelo conhecimento, pelas metodologias, pelo antropoceno). Como escrevi no outro texto que “a luta por visualizar, relacionar e apresentar é também por destruir, recompor e criar novos fluxos.” A relação indígenas-e-não-indígenas nos convida a produzir um tipo de espacialidade comum, uma aldeia, *tekoa* - ou várias tekoas de produção do conhecimento, em composição com os territórios de onde surge esse saber. Cartografia dos Guajajara, como no livro “Em nossas artérias nossas raízes”, organizado por Lucas Icó junto a Potyra Krikati e José Urutau Guajajara (2023) na Aldeia Maracanã no Rio de Janeiro.

Cartografia dos Yanomami, Cartografia dos Munruduku, Cartografia dos Guarani Mbya, Cartografia dos Kaingang, Cartografia dos Xokleng. Novamente: os mapas a serem destruídos são os mapas do garimpo, e da soja, e ...



Figura 8. Garimpo de ouro, TI Yanomami, região amazônica. Fonte: internet.

Pedagogias radicais, hoje

Na volta desses mais de 10 anos, parece que o ciclo de 2013 forçou a arte a se transformar, a se deixar atravessar mais diretamente pelas lutas. Digo a arte em suas diversas formas instituídas e em relação a um mercado sempre crescente, por que se não tivesse se deslocado de uma centralidade segura em 2013, seguiria alienada dos problemas que enfrentamos como sociedade. Quando dizemos arte, evidentemente, não é a imagem de uma processualidade que nos toma, e em parte a intenção deste artigo é aproximá-la de práticas processuais e críticas. A arte precisa, afinal, inventar metodologias complexas que deem conta da complexidade dos problemas que vivemos. Isto porque, a partir de 2013, emerge uma realidade um pouco mais complexa e que nos pede, como diz Nunes (2022), muito mais do que um olhar polarizado em “dois lados”.

Há algum tempo carrego comigo esta anotação “aprendizagens radicais, para um mundo em (des)acabamentos”. Para além da diretiva daquilo que “deve ser feito” sendo capazes de inventar procedimentos que possam nos surpreender, diante de tantas demandas objetivas, da urgência de resposta direta a tanta destruição, parece que só é possível se mexer se levarmos consigo nossas caixas-de-ferramentas, nossos anti-manuais formados por aquilo que viemos anotando, organizando, compartilhando “entre nós”. Cartografias de amizade, cartografias despreziosas que se fazem com tempo – e entre tantos deslocamentos. Como bem documenta André Mesquita em seu livro Mapas dissidentes, supracitado, a cartografia crítica só se desenvolveu pela popularização do recurso da cartografia, articulando-se “práticas artísticas, ações de protesto e movimentos anti-capitalistas entre 1990 e 2010”, somando intervenção e pesquisa militante (Mesquita, 2019, p. 10). E isso não precisa ser pensado desde uma imagem sofisticada como nos modelos acadêmicos massivos e impessoais. Muito pelo contrário, a invenção destas pedagogias radicais acontece com um grupo ao redor de uma mesa, debruçando-se sobre um mesmo papel, ou na deriva de um território, entre vizinhos, estranhos, derivantes, mapas que querem conhecer a vida, não a aniquilar. Nem a partir de uma dualidade público/privado, nem estatal/anarquista. São muitas as filigranas e as sensibilidades participativas e compositivas ativadas pelas cartografias destrutivas.



Figura 9. Pano bordado da etnia Shipibo-Conibo, que funciona como um mapa mas também como rezas para curas xamânicas Pano bordado Andino, que funciona como um mapa. O pano-mapa é usado em oficinas de cartografia crítica, foi comprado em uma aldeia na Amazônia Peruana. Foto: Godofredo Pereira, na ocasião da oficina no Royal College of Arts, Londres, 2023.

Desenhar a percepção sobre o território e suas forças, olhar com aquele olhar que vê “duas coisas” - o passado e o futuro, se mover à medida em que se constituem nossos modos, nossas percepções, sem repetir os mundos destrutivos que nos são impostos. Se mover desenhando, produzindo novos signos destas concatenações que nos incutem. E dar a ver aquilo que o poder estatal e violento quer obliterar, dar a ver os afetos que nos tomam. Gestos gerativos, cartografias gerativas. A cartografia destrutiva percebe os pontos de tensão em determinadas coordenadas botando consistência em processos estéticos que, somados às vitalidades, possam resistir à sua maneira a distintos modos de extrativismos e submissão da vida.²¹

Mas quando dizemos “ferramentas inventadas entre nós” não significa que estamos acessando sempre um mesmo saber comum tomado como estático, ou referencial. Ao mergulhar neste tempo atomizado desde 2013 “para cá” e ao levantar os conceitos que viemos inventando em meio às cartografias destrutivas afirmamos que, diante destas políticas cognitivas - que são também intervenção em nossos fluxos existenciais, nossas ferramentas mudam, se adaptam, se reinventam. Na construção de nossas pedagogias radicais contamos com a ferramenta pesquisa-militante acessória (que se leva sempre

²¹ Memória feliz da *cartografia da e com a Vila Autódromo*, cartografia conversada, textual, de caminhada e depois de improvisação teatral.

consigo), auto-produzida, compositiva dos processos coletivos e sociais dos quais fazemos parte, desejando conjurar transformações e desejando extrapolar a si, desejando ser capaz de interferir e sacudir alguma determinação das estruturas do mundo. Sensível porque atua com meus sentidos, com meu desejo, com o que não sei (em mim, em nós), trabalha a composição de mim e de nós mesmos. Um fluxo existencial em relação a outros fluxos. Cartografia feminista.

Paul Preciado (2017), desenhando uma cartografia (das sexualidades), pergunta: “pode uma cartografia atuar como uma máquina de transformação política?” Esta urgência instalada desde sempre, visto que temos um sistema de produção político-econômico absolutamente desigual. Na emergência das cartografias íntimas nos damos conta em inúmeros momentos que não temos acesso a nós mesmos – àquilo que nos constitui enquanto ~ o que queremos ser ~ e, no intervalo desse sequestro, como que numa epifania respondendo a Preciado digo que o que as cartografias destrutivas não podem é abandonar os corpos, os próprios corpos de suas militantes-cartógrafas-sensíveis. Cartografias da raposa, afirma Preciado. Seja em forma de pesquisas em processo, narrativas de percursos, percepções espaciais, diagramas conceituais, experimentos corporais e expressivos, e mais.

A cartografia como coisa sensível e mutante nos incita um gesto bifurcante: mapeamos não apenas os recursos, os modos, os métodos, as ferramentas que temos, não precisamos apenas redistribuir saberes, criar plataformas, encontros, rever conceitos, alterar ferramentas; precisamos tudo isto junto de uma energia desmanchadora daquilo que nos bloqueia – e que aliena e controla. Atentos ao que se edifica-em-nós, evitando uma verticalidade diligente dos nossos próprios afetos. Como já dissemos, evidente que isso não é uma questão nova. A destruição das cristalizações do poder e violência e dos efeitos da opressão são uma das raízes das cartografias que nascem por outros caminhos. Esta divergência decorre daquele paradoxo. Talvez mais uma forma de pensar seu funcionamento é compreender que as cartografias destrutivas (se) buscam por baixo, destruidoras da verticalidade imobilizante do poder e da violência no modo de uma cartografia estatal árida (Ribas, Schweizer, 2022). Cartografia rastejante. Descrever, narrar, ficcionalizar, desenhar, ou mesmo cartografar essas forças e formas é uma tarefa insana, porém urgente. Como maneira de distinguir o que se precisa expurgar de si, o ódio que não nos ocupe!, e a ira que nos mova. Se o ódio é indutor de violência, que a ira seja movente de outros afetos, como naquele texto supracitado no qual escrevi sobre os “emolientes do ódio” (Ribas, 2021), e que se possa borrar, por meio de cartografias destrutivas, uma grande

quantidade de linhas limítrofes (de posse, de colonialismo, de diferenciação categórica de mundos).

Walter Benjamin compreendeu a destruição como um elemento central da modernidade, elemento que não desaparece e só recrudescer no neoliberalismo econômico. Diante desta escalada, como podemos destruir os mapas coloniais e produzir cartografias que podem derruir as opressões (por dentro)? Talvez destruir os mapas do garimpo, como já dissemos, e produzir procedimentos vários que não produzem novos mapas. O incêndio da estátua de Borba Gato, em São Paulo, e as 340 estátuas destruídas no “estalido” (estouro), a revolução de 2019 no Chile. No púlpito na praça central, “não colocar nada”, não erigir à maneira que constrói o poder estatal.

Mas, e o que constrói um texto? Um texto é um *rangaa* de palavras, um modo de narração que aqui se ramifica e desenvolve várias análises (cartografia da raposa). Se é efetivo como cartografia destrutiva, não sei, seus efeitos são imprevisíveis. Não saber de seus efeitos é desejar cair no risco e assumir a incerteza das modulações que se operam mediante tais cartografias. Repito a mim mesma: - Não sei, não sei, por isso desejo. Como conspiração, apenas desejo a destruição das forças que se sobrepõe a nossas vidas, por isso escrevo este texto. Destruir porque se constrói algo ali, imediatamente ali. Com as próprias mãos. Algo que não dependa da captura de valor a partir de outros lugares, alhures dali.

Ainda que eu esteja focada nas destruições, é só a partir da invenção que um possível se efetiva. Reinvenção de mim, esfacelamento da branquitude que me constitui, aqueles desconhecidos-em-mim, e, intoleráveis-em-mim, e em-nós. Uma das questões deste texto esta entre destruir e ser destruído (pelo conhecimento, pelas metodologias, pelo antropoceno, e pela heteronormatividade, pela exploração, e mais), e como sustentamos uma *tekoa* (da produção do conhecimento) em composição com os territórios de onde surge esse saber. Pensar a cartografia destrutiva pode ser uma maneira de pensar o Brasil de hoje e também (em) outros lugares em que alguns processos políticos se cristalizam com o requinte da asfixia. Ao que parece que podemos seguir nos movendo com metodologias não programáticas, nossas coleções de práticas, que sejam cartografias com água, e que nem mesmo mapas produzem. Não se faz uma cartografia de possível (e de possíveis) em geral. Mas podemos apostar na cartografia como metodologia pequena, capaz de fazer perscrutar. Cartografia ora apressada, insana, ora silenciosa, imperceptível. Conjunto de ações de ritmos variados, que nos dizem que é preciso modular diversas formas de ação para realizar uma resistência.

O sonho – ou o pesadelo – do fascismo ainda não nos abandonou. Talvez não conseguiremos imaginar uma sociedade totalmente pós-fascista, pós-etnocida, pós-racista... E se, por outro lado, ficarmos como num deserto, sem ferramentas, se perdermos os manuais, poderemos contar fragmentos entre nós, relembrar e desenhar nossos amuletos, rastejar ou divagar. Talvez poderemos deitar e dormir nessa *tekoa*, onde reaprenderemos a imaginar – vidas em comum, e a sonhar. Mas, se estamos de olhos abertos - ou é que sonhamos acordados, não precisamos projetar no futuro. Nossos territórios construídos por meio destas cartografias destrutivas são os nossos possíveis hoje, eles já respondem diretamente e por desmanchamentos a estas durezas. Já estamos sob o paradoxo de destruímos ou sermos destruídos. E já sabemos, a cartografia destrutiva não propõe formas prontas. Entre inacabamentos, esgotamentos e invenções se abrem muitas linhas de produção imprevisíveis, e incontroláveis.

Referências

BERARDI, Franco (Bifo). **The Uprising. On Poetry and Finance**. Londres: Semiotexte, 2012.

COIMBRA, Cecília. **Guardiões da memória: uma viagem pelas práticas 'psi' no Brasil do Milagre**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

BUREAU D'ÉTUDES; HOLMES, Brian; LOMME, Freek. **An Atlas of agendas: Mapping the power, mapping the commons**. Paris: Onomatopee, 2013.

DORLIN, Elsa. **Auto-defesa. Uma filosofia da violência**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

ESCOBAR, Arturo. **Autonomía y Disegno: la realización de lo comunal** / Arturo Escobar. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Tinta Limón, 2017.

ESCOSSIA, L; KASTRUP, V; PASSOS, E. (org), **Pistas para o método da cartografia**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009

GUAJAJARA, Potyra; GUAJAJARA, Urutau; XAVANTE, Júlia Otomorinhori'õ; MUNDURUKU, Lucas; ICÓ, Lucas (org.) **Em nossas artérias nossas raízes**. Rio de Janeiro: Aldeia Maraka'nà; Cesac; I-motirõ, 2023. 168 p. : il. ISBN: 978-85-66125-05-4

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.

GUATTARI, Félix. **Schizoanalytic Cartographies**. London/New York: Bloomsbury, 2013.

HUR, D. U., 2009, **Discursos no trânsito da guerrilha ao Estado neoliberal: Estratopolítica, Tecnopolítica e Nomadopolítica. (tese)** Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo

KASTRUP, Virginia. **A invenção de si e do mundo. Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

KASTRUP, V.; Passos, E. Passos. **Políticas da cognição**, Porto Alegre: Sulina, 2008

KLEIN, Alberto. O caráter destrutivo, de Walter Benjamin. Em: **Terra roxa e outras terras**. V. 43, n.1 (jun. 2023), p. 1-128, ISSN 1678-2054 doi: 10.5433/1678-2054.2023vol43n1p114.

KOLLECTIV Oranotango. **This is Not an Atlas: A Global collection of counter-cartographies**. Verlag/Bielefeld: Transcript / Rosa de Luxemburg Stifund 2018. Disponível em <<https://notanatlas.org>>

LOURAU, René. **Análise Institucional e Práticas de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1993.

MESQUITA, André. **Mapas dissidentes: contracartografia, poder e resistência**. São Paulo: Humanitas, 2019.

PARRA, H. Z. M.; TIBLE, J.; SCHAVELZON, S.; ALBUQUERQUE, H.; MORAES, A.; Gutierrez, B. (org.). **Junho: potência das ruas e das redes**. 1. ed. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2014. v. 1. 256p. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/11177-20150226.pdf>

PELBART, Peter Pál. **Estamos em guerra**. Em: Outras Palavras, 2017. Disponível em <<https://outraspalavras.net/brasil/peter-pal-pelbart-estamos-em-guerra/>>

PRECIADO, Paul. “Cartografias ‘Queer’: O ‘Flâneur’ Perverso, A Lésbica Topofóbica e A Puta Multicartográfica, ou Como Fazer uma Cartografia ‘Zorra’ com Annie Sprinkle”. Trad. de Davi Giordano e Helder Thiago Maia. **eRevista Performatus**, Inhumas, ano 5, n. 17, jan. 2017. ISSN: 2316-8102. Disponível em: <https://performatus.com.br/traducoes/cartografias-queer/>. Acesso em: 24 jul. 2021.

RIBAS, Cristina T. Contemporâneo... recombinate. Em busca de uma recomposição imanente das práticas artísticas. Em: **Amanhã vai ser maior**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 211-228.

RIBAS, Cristina T. Vocabulários interseccionando: uma transversal no Brasil entre Junhos disruptivos. Em: **Revista Mesa**, Espaços poéticos = linguagens éticas: *Diversas Práticas na América Latina* v. 2, p.21 - 45, 2015. Disponível em: <https://institutomesa.org/revistamesa/edicoes/2/vocabularios-interseccionando/>

RIBAS, Cristina T., “Complexidade, Cartografia de”. Em: **Indisciplinar**. UFMG, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://blog.indisciplinar.com/sobre-a-revista-2/> (artigo). Acessado em 03/05/2017.

RIBAS, Cristina T. ~ Não vamos obedecer ~ O comando do ódio no Brasil de hoje. Em: **POLIS E PSIQUE**, Dossiê Temas em Debate 2019: O que pode a Psicologia Social no presente?, v.11 n.1, , p.204 – 221, 2021.

RIBAS, Cristina T. Diagramas especulativos a partir da análise institucional, ‘desejos de grupo’ no Brasil em crise. Em: **MODOS: Revista de História da Arte**, Campinas, SP, v. 6, n. 2, p. 517–550, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/mod/article/view/8668501>. Acesso em: 20 out. 2024.

RIBAS, Cristina T; SCHWIEZER, Paul; "Hydrocartography: mapping with waters". Em: **C Magazine**. Toronto, Canadá, p.18 - 22, 2022. Disponível em: <https://cmagazine.com/articles/hydrocartography-mapping-with-waters>.

RISLER, Julia; ARES, Pablo (ICONOCLASISTAS). **Manual de mapeo colectivo: recursos cartográficos críticos para processos territoriais de criação colaborativa**. Buenos Aires: Tinta Limón e os editores, 2013.

RODRIGUES, H.; LEITÃO, M. B; BARROS, R. D. B. de. **Grupos e Instituições em Análise**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992.

ROLNIK, S., **Cartografia sentimental: Transformações Contemporâneas do Desejo**. Porto Alegre, RS: Sulina, Editora da UFRGS, 2011.

ROSAS, Ricardo; SALGADO, Marcus. **Recombinação**. Ed. digital dos autores, São Paulo, Niterói, 2002. 152p. Disponível em: https://www.intervencaourbana.org/rizoma/rizoma_recombinacao.pdf.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes, Resistir à barbárie que se aproxima**. São Paulo: Cosac Naify, 2015

STENGERS, Isabelle, Uma ciência triste é aquela em que não se dança. Conversações com Isabelle Stengers. Entrevista a Jamille Dias; Maria Borba; Marina Vanzolini; Renato Sztutman; Salvador Schavelzon. Em: **Revista de Antropologia**, v. 59, n.2, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/121937/120086>

VASCONCELOS, Jorge; PIMENTEL, Mariana (Coletivo 28 de Maio). **Coletivo 28 de Maio – Arte e Lutas Minoritárias**. Rio de Janeiro: PPGCA/UFF, Editora Circuito, 2023.

VASCONCELOS, Jorge; GUERÓN, Rodrigo. Depois de Junho... o que nos resta fazer? Ações estético-políticas!. Em: Vasconcelos, Jorge; Pimentel, Mariana **Coletivo 28 de Maio – Arte e Lutas Minoritárias**, Coleção teses & ensaios. Niterói: PPGCA/UFF, p. 71-95, 2023.

WELLS, Tatiana. O Futuro das Sementes. Em: **Ideias Perigozas**, Belém: {des}centro, 2011. Disponível em: <https://desarquivo.org/node/1061>

Vídeos e documentários:

Quentura, 2018. Direção de Mari Corrêa. Disponível em: <https://vimeo.com/307734732>

Tekoa Rangaa. Desenho da Aldeia, 2022. De Cristina Ribas, Lucas Icó e João Maurício Farias. Edição Cristina Ribas. Disponível em: <https://youtu.be/rvhWsjNeoY?si=XXB2dWxkkyx6h-P5>

Grafismo Mbyá Guarani, 2022. Araci da Silva (direção), Everton da Silva (imagens). Disponível em https://youtu.be/8QSiukuMnKs?si=VHcgRZIm0f_AiNpw

Sobre a autora

Cristina Ribas atua como artista, pesquisadora, professora e concebendo projetos interdisciplinares e transversais desde 2008. Professora Adjunta no Departamento de Artes Visuais/ Centro de Letras e Artes (UFMS). Pós-doutoranda sênior no PPGAC/UFF entre Dezembro/23 e Fevereiro/24, com supervisão do Prof. Dr. Jorge Vasconcellos. Pós-doutoranda no PPGAV UFRGS (CAPES PNPd) 2018-2023, durante o qual ministrei aulas de pós-graduação, participei de bancas de qualificação e bancas finais, organizando seminários e realizei cursos de extensão. Membro da rede de pesquisadores Conceptualismos del Sur (desde 2008), co-coordenadora do Grupo de Estudos Epistemologias Afetivas Feministas (registrado na PUC-

POA). Integrante da Associação i-motirão, que realiza projetos educativos em arte, mídias livres e ecologia e ecosofia.

cristina.ribas@ufsm.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3130365177754226>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6856-1937>

Recebido em: 12/09/2024

Como citar

RIBAS, Cristina T. Cartografia destrutiva: pedagogias críticas em território(s) e coletividades. Revista Estado da Arte, Uberlândia, v. 5 n. 2, *n.p.*. jul. – dez. 2024. <https://doi.org/10.14393/EdA-v5-n2-2024-74295> [**versão ahead of print**].



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional.